

POLÍTICA DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? UM OLHAR SOBRE A EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR NA EJA

Jeremias Santos Macedo¹
Armando Loureiro²

RESUMO

Esta pesquisa aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando tanto o seu papel como processo educativo dentro de uma sociedade baseada na produção de conhecimentos e quanto o seu funcionamento como política pública ministrada por instituições escolares. Desse modo, este estudo objetiva compreender se a EJA na cidade de Porto Seguro se configura como uma política de inclusão ou exclusão social para seu público. Para investigar esta problemática, utilizou-se uma metodologia qualitativa, fundamentada no referencial teórico pertinente ao tema, que envolve pesquisa bibliográfica e análise documental de 23 atas escolares do ano de 2022. A análise aponta para a conclusão de que é fundamental o desenvolvimento de novas políticas educacionais e ações concretas que assegurem o acesso, a permanência e a equidade para todos os estudantes que procuram na EJA uma oportunidade de educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão. Abandono escolar.

POLICY OF INCLUSION OR EXCLUSION? A LOOK AT SCHOOL DROPOUT/ABANDONMENT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA)³

ABSTRACT

This research focuses on Youth and Adult Education (EJA), examining its role as an educational process within a knowledge-based society and its function as a public policy administered through educational institutions. Consequently, this study aims to understand whether EJA in the city of Porto Seguro operates as a mechanism for social inclusion or exclusion for its participants. To investigate this issue, a qualitative methodology was employed, grounded in relevant theoretical frameworks, involving a literature review and documentary analysis of 23 official school records from 2022. The analysis concludes that the development of new educational policies and concrete actions is essential to ensure access, retention, and equity for all students seeking inclusive educational opportunities through EJA.

Keywords: Youth and Adult Education. Dropout. School Abandonment.

¹Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Doutorando em Ciências da Educação – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) de Portugal; Programa de Pós-graduação em Doutorado em Ciências da Educação; Orcid iD do autor 1: <https://orcid.org/0009-0003-0535-4916>. E-mail: jstautad.pt@gmail.com.br

²Doutor em Ciências da Educação. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CIIE - Universidade do Porto - Portugal; Orcid iD do autor 2: <https://orcid.org/0000-0003-3039-3872>. E-mail: aloureiro@utad.pt.

³ A ferramenta de IA ChatGPT foi utilizada para verificação da tradução dos resumos em língua inglesa e espanhola.

¿POLÍTICA DE INCLUSIÓN O EXCLUSIÓN? UNA MIRADA SOBRE LA DESERCIÓN/ABANDONO ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA)

RESUMEN

Esta investigación aborda la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), analizando su papel como proceso educativo dentro de una sociedad del conocimiento y su funcionamiento como política pública administrada por instituciones escolares. En este sentido, el estudio tiene como objetivo comprender si la EJA en la ciudad de Porto Seguro se configura como una política de inclusión o exclusión social para su población destinataria. Para investigar esta problemática, se empleó una metodología cualitativa, fundamentada en el marco teórico pertinente, que incluye investigación bibliográfica y análisis documental de 23 actas escolares del año 2022. El análisis concluye que es fundamental desarrollar nuevas políticas educativas y acciones concretas que aseguren el acceso, la permanencia y la equidad para todos los estudiantes que buscan en la EJA una oportunidad de educación inclusiva.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Evasión. Abandono escolar.

INTRODUÇÃO

A educação pode ser compreendida como um caminho necessário à aquisição de novas culturas, habilidades e competências ao longo da vida. Em uma sociedade baseada na produção de conhecimentos e aprendizagens, o processo educativo, seja ele formal, não formal ou informal, tem contribuído para o desenvolvimento de novos saberes, práticas e experiências favoráveis à sobrevivência humana.

À vista disso, o debate aqui proposto busca tratar daquela educação desenvolvida pelas instituições escolares, seguindo a direção da educação formal. Dessa maneira, vale ressaltar que o ato educativo escolar deve se fazer em um processo dinâmico e dialético, capaz de transformar e reconhecer o importante percurso de ensino-aprendizagem, através das experiências, saberes e conhecimentos já adquiridos e trazidos pelos discentes.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem surgido nacionalmente como uma modalidade educativa formal, amparada pelas duas maiores legislações do Brasil: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Dessa forma, a EJA busca garantir o acesso à educação para pessoas que foram excluídas ou não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino regular na idade apropriada, reconhecendo que esses indivíduos são portadores de conhecimentos e saberes construídos ao longo da vida.

Para além dessa garantia educacional, a legislação assegura à modalidade da EJA a missão de promover aos seus participantes a inclusão social e a formação crítica e cidadã para que possam interagir ativamente na sociedade. Além disso, busca proporcionar a eles o desenvolvimento das competências e habilidades sociopolíticas para que cumpram seus deveres e garantam seus direitos. Por conseguinte, a EJA deve ser também um reflexo da valorização das diferenças e das diversas e possíveis representações culturais no espaço educacional.

Entretanto, nem sempre a teoria e as legislações educacionais acompanham a prática, ou seja, embora haja uma garantia legal a essa modalidade e diversas legislações que amparam a sua instituição e aplicação, frequentemente os governos e as instituições escolares não aplicam na sua realidade o que é determinado. Nem sempre a inclusão social se torna uma prioridade às políticas didáticas ou pedagógicas no ensino-aprendizagem de jovens e adultos. Basta ver os dados do IBGE (2010), segundo os quais “74.5% dos jovens/adultos estão atrasados ou abandonaram os estudos”.

Para além desses problemas, a modalidade tem enfrentado, a nível nacional, uma escassez de recursos materiais e financeiros. Todavia, a permanência dos alunos tem sido a maior preocupação e uma problemática enfrentada pelo poder público e seus estados federados. Isso porque, desde as suas primeiras instituições, ainda sob a forma de programas de alfabetização, o número de pessoas que abandonaram ou evadiram-se dessa modalidade tem causado um verdadeiro êxodo educacional na EJA. Em âmbito municipal, o abandono e a evasão escolar também representam um gravíssimo problema para a garantia da igualdade de ensino e da equidade para com os participantes.

A exemplo disso, a cidade de Porto Seguro tem registrado um aumento drástico nos índices de evasão e abandono escolar. Diante desse cenário, diversos fatores contribuem para o afastamento dos estudantes, alguns relacionados à própria instituição e à prática pedagógica escolar, enquanto outros são externos à escola, como a falta de apoio familiar, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, questões socioeconômicas e a ausência de políticas públicas eficazes. Todos esses elementos colaboram para a interrupção da vida escolar desses jovens e adultos.

Além disso, a legislação municipal, em tempos atuais, não atende nem contempla essa nova realidade enfrentada pela EJA. Nessas circunstâncias e no retrocesso que essa modalidade vem sofrendo, procura-se entender se a EJA, como

um programa público governamental de atendimento aqueles menos favorecidos, é na cidade de Porto Seguro uma política de inclusão ou exclusão? Para responder a essa importante questão, os índices e os números da evasão e do abandono escolar nessa localidade foram analisados.

Nessa condição, o objetivo principal deste artigo é compreender se a EJA tem se tornado uma política pública de inclusão ou exclusão dos seus estudantes; uma vez que os números da evasão e da desistência escolar têm evoluído gradativamente desde o ano de 2002. Para além disso, compreender as reais dificuldades locais é fundamental, pois isso pode viabilizar a elaboração de estratégias político-pedagógicas adequadas às necessidades dos discentes e propor mudança do atual quadro de abandono escolar.

Buscando desenvolver uma escrita mais reflexiva sobre o tema aqui proposto, adotou-se uma proposta metodológica ligada à abordagem qualitativa. Para a aquisição, coleta de dados e obtenção das informações, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com base em artigos, livros e documentos disponibilizados pelo professor Doutor Armando Loureiro, regente da disciplina Educação de Adultos.

Também foi utilizada, como forma de levantamento das informações, uma pesquisa de Análise Documental de 23 atas de resultados finais que representam as escolas que atendiam, no ano de 2022, a EJA nos seus dois segmentos, O Ensino Fundamental I e II. Essas atas e relatórios finais foram disponibilizadas pelas escolas públicas do município de Porto Seguro e analisadas, pelo setor da referida modalidade de educação, através da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro.

Nesse contexto, ainda é importante relatar que o presente artigo é resultado dos estudos teóricos realizados nas aulas da cadeira curricular “Educação de adultos”, ministrada pelo professor Doutor Armando Loureiro, no âmbito do Programa de Doutorado em Ciências da Educação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esse componente curricular permitiu o contato com diversos autores e produções científicas importantes para a compreensão dessa disciplina, ao mesmo tempo que nos colocou em contato com teorias fundamentais ao conhecimento da educação de adultos.

Salienta-se ainda que, na busca para uma melhor compreensão e entendimento do assunto pretendido, o artigo foi desenvolvido e dividido em quatro partes. A primeira faz a referência à contextualização histórica da EJA no Brasil e sua

luta para se tornar uma modalidade educativa, bem como demonstra, ao longo dos anos, as ações governamentais e as legislações que fundamentaram a sua implementação e sua expansão como educação obrigatória aos estados e municípios da federação.

A segunda também propõem uma análise histórica, porém mais específica da EJA em Porto Seguro, ou seja, faz um levantamento histórico da implementação e das legislações que amparam essa modalidade no referido município até os dias atuais. Além disso, apresenta os projetos legais das gestões municipais frente às dificuldades enfrentadas pela EJA nessa cidade.

A terceira parte, embasada em pesquisadores e teóricos, apresenta discussão relativa ao grande problema enfrentado atualmente pela educação brasileira: a evasão escolar. Todavia analisa-se aqui as evasões educacionais ocorridas especificamente na EJA. Seguindo o mesmo caminho, a quarta e última parte deste texto buscou demonstrar a difícil realidade de Porto Seguro frente ao abandono e às desistências escolares dos estudantes da EJA.

Portanto, esse trabalho traz a possibilidade de discussões sobre a importância da modalidade EJA como uma educação para a vida, demonstrando as dificuldades e os desafios que ela vem enfrentando no Brasil e mais especificamente em Porto Seguro. Buscou-se também evidenciar a ineficácia das atuais legislações e das ações governamentais diante do avanço da evasão e do abandono escolar nessa modalidade.

Diante do exposto, torna-se urgente o desenvolvimento de novas políticas, projetos e ações educacionais voltadas para a EJA. Nesse sentido, são necessárias ações que garantam não apenas o acesso e a matrícula escolar, mas principalmente a permanência, a igualdade e a equidade de todos que a procuram, visando uma educação inclusiva e de qualidade para os cidadãos, especialmente os menos favorecidos.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 Contextualização Histórica

Analisar ou debater as modalidades e as políticas que envolvem o sistema educacional brasileiro é sempre um grande desafio; pois, como é de conhecimento

histórico, as políticas educativas brasileira sempre foram e são “[...] campos de disputas ou batalhas”. As disputas frequentemente ocorrem devido às divergências existentes entre os partidos políticos e seus interesses educacionais, aos conflitos ideológicos sem consenso entre grupos conservadores e progressistas, bem como às ações das classes populares organizadas em movimentos sociais em busca de seus direitos ou em questionamentos a propostas educacionais governamentais.

É nesse contexto, que podemos apresentar a EJA e sua implantação em território brasileiro. Atualmente é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como uma importante modalidade da educação básica nacional, destinada “àqueles que não tiveram acesso ao estudo ou continuidade deles nos ensinos fundamental e médio na idade própria tendo como principal objetivo, educar para a vida” (Brasil, 1996, p. 22).

Todavia, ela nem sempre foi vista e aceita dessa maneira, basta verificar, em parte da história da educação, que os jovens e adultos, principalmente aqueles das camadas sociais mais inferiores, sempre foram relegados à margem social, ou seja, sem garantia dos direitos básicos de um(a) cidadã(o). Vale destacar que, na colonização, a educação ou ensino das primeiras letras foram destinadas unicamente às crianças indígenas, porém precisou-se ampliar o ensino aos adultos para que pudessem fazer a execução das tarefas manuais, principalmente aquelas ligadas à igreja. Nesse contexto, afirma-se que:

A Companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional (Strelhow, 2012, p. 51).

Contextualizando com essa autora, pode-se inferir que o ponto focal da submissão dos adultos a essa “intensa ação cultural e educacional” era unicamente religioso, priorizando a doutrinação em detrimento do ensino das letras. Todavia, para promover uma convivência harmoniosa entre os povos originários e os recém-chegados, os jesuítas precisavam alfabetizar os nativos, ainda que de forma precária. Com o passar dos anos, a educação para adultos continuou a ser, em muitos casos, uma política ou um ato meramente expositivo.

Após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, o processo educacional, que já era ruim, ainda ficou pior, visto que a colônia não tinha um plano educativo

definido e, conseqüentemente, isso contribuiu para o aumento do número de analfabetos em território luso-brasileiro. Com a chegada do Período Imperial em 1822, a educação recebeu uma atenção maior, porém “[...] o primeiro documento legal em que se registra a existência de alguma experiência de educação de adultos no Brasil é a Reforma Leôncio de Carvalho, publicada em abril de 1879” (Silva; Watanabe, 2024, p. 5).

Mesmo com essa reforma, o processo educativo continuava sem muitos progressos, principalmente para aqueles menos favorecidos (índios, negros, mulheres e homens pobres). Portanto, a educação continuava a ser um instrumento de doutrinação, marcada por preconceito e discriminação, além de ser monopolizada pela elite branca, que reservava as melhores oportunidades de letramento para seus filhos. Em contrapartida, para o restante da população, a educação mantinha o mesmo *modus operandi* da época jesuítica, com um caráter essencialmente missionário e religioso. Nas palavras de Strelhow (2012), pode-se observar o quanto a educação imperial estava aquém da ideia de formação crítica, profissional ou produção de conhecimentos:

É importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso. O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas as pessoas perigosas e degeneradas. Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso (Strelhow, 2012, p. 51).

Nesse contexto, torna-se evidente o desserviço social da educação da época, pois, quanto mais era tratada como uma extensão religiosa, mais a sociedade brasileira se tornava iletrada. Embora o letramento fosse preconizado como uma maneira de “libertar as mentes”, no fundo a ideia era manter o domínio sobre a população e mantê-la na total ignorância, o que favorecia e facilitava o controle e a exploração dos “perigosos/as e degenerados/as”.

O progresso que se esperava na educação, nesse período, não ocorreu. Com o passar dos anos, o Brasil, que era uma nação agrário-exportadora e recém “saída” da escravização, no início da República passa a fazer e a receber investimentos no setor industrial. Essa mudança foi significativa para a economia local e conseqüentemente trouxe novas e velhas demandas para a formação educacional dos jovens e adultos.

O período republicano, que se iniciou em 1889 e se estendeu até o término da

ditadura militar em 1964, foi marcado por diversas movimentações político-sociais. Em resposta a essas reivindicações sociais e exigências financeiras, surgiu a primeira ação pública mais efetiva voltada para a educação: a promulgação da primeira Constituição Federal de 1891. A partir desse momento, a educação brasileira começou a se delinear como um direito público, acessível à população. Na referida lei, pôde-se observar que:

Ficou estabelecida a competência do Congresso para o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como para a criação de estabelecimento de ensino nos níveis superior e secundário. Ademais, estabeleceu-se a separação entre Estado e Igreja, no que se refere à educação, visto que o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais era laico (Silva; Watanabe, 2024, p. 5).

O estabelecimento dessas novas diretrizes e políticas educacionais para o estado não foram totalmente executadas na prática. Isso fomentou grandes movimentos sociais pró-educação, organizados e liderados por escritores, professores, filósofos, cientistas, intelectuais e outros, os quais, influenciados pelos ideais do escolanovismo, provocaram grandes mudanças na condução e no rumo das políticas do ensino-aprendizagem e na educação de jovens e adultos.

Entre as mudanças ocorridas, destacam-se o surgimento da Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBA), em 1915, e da Associação Brasileira de Educação – ABE, em 1924. Além disso, registrou-se, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, liderado pelo intelectual Fernando de Azevedo. Como um dos reflexos mais significativos dessas transformações, ocorreu a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1934. Segundo as escritoras Silva e Watanabe (2024, p. 7), “[...] essa constituição foi a primeira a destinar um capítulo à Educação e a proclamá-la como um direito de todos”. Sendo assim, ficava na responsabilidade da União/Brasil:

Fixar o plano nacional de educação, Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e b, obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (Brasil, 1934, n.p.).

Pode-se ver que a publicação dessa legislação vem acompanhada de um projeto de criação do Plano Nacional de Educação, garantindo o acesso ao ensino primário e gratuito aos jovens e adultos. Outro ponto importante trazido pela referência é que, com o PNE, a política nacional e a garantia do ensino público estavam sob a

responsabilidade dos estados e municípios. Todavia, a competência maior era do governo federal, bem como a responsabilidade de assegurar o ensino de qualidade a essa população. Em 1937, porém, com promulgação de uma nova constituinte, novas mudanças foram implementadas e novas posturas foram adotadas em relação à educação.

Igualmente as legislações anteriores, a Constituição de 1937 apresentou pontos negativos e positivos em relação à educação de adultos. Negativamente, ela atuou na retirada da política nacional de educação do governo federal e, assim, a União passou a atuar de maneira supletiva, ou seja, de forma a auxiliar e complementar, deixando a cargos dos estados e dos municípios as atribuições de garantir educação de jovens e adultos. Positivamente é com ela que há a criação, no ano de 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, conseqüentemente, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, “[...] com o objetivo de realizar programas voltados à ampliação e à inclusão do Ensino Supletivo direcionado a adolescentes e adulto” (Silva; Watanabe, 2024, p. 7).

Com a Constituinte de 1946, a referida educação de jovens e adultos ganha novos contornos e novas políticas são adotadas. Nesse período, o cenário nacional não estava diferente das épocas anteriores, pois vivenciava-se grandes movimentações e lutas populares. Acrescenta-se a isso, o fim da Segunda Guerra Mundial e, com isso, a criação de órgãos internacionais que estavam preocupados com o avanço da pobreza e o crescente número de pessoas analfabetas no mundo. Nesse sentido,

A UNESCO denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como “atrasadas” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 111).

Como exposto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estava “preocupada” com a formação educacional e com a inserção de políticas educacionais efetivas, principalmente para os adultos, uma vez que o Brasil estava no mapa dos países que possuíam o maior número da sua população analfabeta e iletrada. Isso fica evidenciado quando um “estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que havia aproximadamente 16,5 milhões de brasileiros sem as noções básicas de leitura ou escrita e, possivelmente, sem acesso à escola” (Silva; Watanabe, 2024, p. 8)

Em resposta às fortes exigências da UNESCO e de outras organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), somadas à grande instabilidade econômica, ao desemprego, às greves e às manifestações dos movimentos sociais pró-educação, o governo criou em 1947 a “Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)”. Essa campanha tinha como objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, tanto nas áreas urbanas quanto rurais (Silva; Watanabe, 2024, p. 9).

Os movimentos sociais e intelectuais pró-educação exigiam do governo uma ação conjunta com os estados e municípios, todavia a política educacional, bem como as demandas voltadas à educação de jovens e adultos, deveria partir do Ministério da Educação (MEC). Sendo assim, em atendimento a essa exigência, no ano de 1948, foi apresentado o pré-projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; porém, devido às divergências políticas e ideológicas, o projeto naquele momento não prosperou.

As manifestações, os congressos educacionais e seminários, liderados por vários intelectuais, surgem por todo território nacional para debater a educação de jovens e adultos. Entre esses movimentos, temos os Movimentos Populares de Educação, em 1950, e em 1958 o Congresso Nacional de Educação de Adultos é realizado no Rio de Janeiro. Devido a esses eventos, novas personalidades no âmbito da educação de jovens e adultos despontam e uma dessas é o escritor Paulo Freire. Silva e Watanabe apontam que, conforme as reflexões desse intelectual, o “analfabetismo é problema social, não um problema educacional. Sendo assim é a miséria da população que gerava o analfabetismo” (Silva; Watanabe, 2024, p. 9).

Para Freire, bem como para essas autoras, a educação deve servir como prática de liberdade, deve ser emancipatória, crítica e democrática e, além disso, precisa valorizar os saberes e as experiências populares. Foi nessa mesma corrente de pensamento e ideais freiriano que muitos outros movimentos surgiram no ano de 1961. Entre esses podemos citar: o Movimento de cultura popular do Recife, o Movimento de Educação de Base, os Centros Populares de Cultura. Nesse mesmo ano, em parceria com outros intelectuais e educadores, como Anízio Teixeira, eles conseguem a aprovação tardiamente da LDB na sua primeira versão.

Em meio aos progressos e regressos vividos pelos movimentos educacionais, o Brasil sofreu um golpe político-militar e conseqüentemente a implementação da ditadura. De maneira geral, a ditadura de 1964 não contribuiu muito para a já deficitária

educação de jovens e adultos nem para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Pelo contrário, o foco das políticas educacionais era de cunho tecnicista e tinha um único viés, produzir mais mão-de-obra para atender o mercado e a indústria nacional. Nesse período, a educação tinha a técnica e a memorização em substituição à crítica e à formação humanizada.

Com um caráter opressor, o regime militar implantou uma política nacional de autoritarismo, restrição das liberdades, repressão aos movimentos sociais e muita violência aos que tinham ideias progressistas ou que se opunham aos seus objetivos. Devido a isso, diversos artistas, cantores, filósofos, políticos e educadores tiveram que se exilar e outros foram brutalmente torturados e assassinados.

Em 1967, uma nova constituição foi aprovada pelos militares, trazendo uma enorme concentração de poderes ao regime. Sendo assim, no que diz respeito à educação de jovens e adultos, o regime lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Esse programa tinha como fundamento responder as necessidades educativas da população iletrada e analfabeta, bem como atender os anseios políticos e totalitários do próprio regime.

"O Mobral já "nasceu morrendo". Provocada pela própria ditadura, o Brasil começou a vivenciar uma recessão econômica intensificada, resultando em mais desemprego, falta de mão de obra, surgimento de greves, carência de professores, escolas precárias e escassez de recursos para a educação, entre outros problemas. Nesse contexto, embora o regime buscasse, por meio de ações internas, atender às diversas necessidades, principalmente direcionando recursos para manter o programa em todo o território nacional, o Mobral existia principalmente como política governamental, sem apresentar resultados efetivos na prática.

Segundo Silva e Watanabe (2024, p. 10), o IBGE constatou que, em uma população de 136 milhões de habitantes no ano de 1985, o Brasil contabilizava cerca de 30 milhões de jovens e adultos não alfabetizados, atingindo uma taxa de 26,5% da população brasileira, mesmo após 18 anos de implementação do Mobral como programa. Diante de sua ineficiência e incapacidade de solucionar esses e outros problemas, o regime militar extinguiu o Mobral no mesmo ano. Reconhecendo a dificuldade de governar, os militares abriram caminho, por meio do diálogo, para a abertura da Nova República.

O marco histórico desse novo período político brasileiro, para além da redemocratização, foi a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que

vigora até a escrita deste artigo. No que se refere à educação de jovens e adultos, houve mudanças significativas, principalmente na lei educacional. Algumas dessas leis se materializaram na prática, outras ainda estão sendo um desafio. Já em seu Art. 208, a referida legislação apresenta o seguinte panorama:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] - VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando (Brasil, 1988, n.p.).

A CF atribui ao estado e a seus entes federados a responsabilidade de garantir educação pública obrigatória e gratuita a todos em idade escolar, inclusive para aquelas pessoas que, por algum motivo, desistiram, abandonaram e não conseguiram terminar o percurso escolar. Garante também que o ensino possa ser ministrado no período noturno. Para isso, as unidades de ensino devem se adequar para receber os educandos, atendendo às suas necessidades e condições.

Em respostas aos movimentos e às exigências sociais, já nessa nova constituição, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), tendo como proposta o financiamento e investimento na educação básica, valorização e contratação de professores qualificados para o ensino. Em 1996, aprova-se um novo texto da LDB, atendendo aos preceitos constitucionais do Art. 208, caracterizando inclusive a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica.

No ano de 2000, para atender à legislação e aos documentos normativos educacionais, como a LDB, são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, tendo como objetivo efetuar e garantir mais qualidade a essa modalidade educativa. Em consonância à Declaração Mundial de Educação para Todos, a Lei de Diretrizes e Base da Educação e as Diretrizes Curriculares passam a fundamentar a elaboração do Plano Nacional de Educação.

Em 2006, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em substituição ao FUNDEF. Nesse programa, a EJA tinha a expectativa de receber mais recursos financeiros com o aumento do número de matrículas. Finalmente, em consonância com o PNE e as Diretrizes Curriculares, surgiram diversos programas voltados para o

ensino e o letramento de jovens e adultos, a exemplo do Recomeço, Alfabetização Solidária e Educação na Reforma Agrária.

1.2 História da EJA em Porto Seguro

O município de Porto Seguro é conhecido nacional e internacionalmente, por ser a cidade brasileira a receber as primeiras caravelas portuguesas. Ela está situada ao litoral Sul do Estado da Bahia e à margem do Oceano Atlântico. Segundo o último Censo do IBGE (2022, n.p.), a cidade possui uma “[...] população de 168.326 habitantes”, para além da sua população. Além disso, a cidade é dividida em distritos, povoados e bairros e alguns destes encontram-se afastados da área central.

Por ser uma cidade turística, recebe diariamente uma enorme quantidade de pessoas, muitas das quais migram em busca de novas oportunidades de trabalho, provenientes de outros estados, regiões, cidades vizinhas e até de outros países. Além da mão de obra, esses migrantes trazem consigo diversas necessidades, como saúde, assistência social e educação.

É nesse contexto que se apresenta em parte a história da implementação e oficialização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política educacional nesse município. A partir da nova Constituição de 1988, o Brasil passou a implementar uma política de combate ao analfabetismo. No entanto, foi efetivamente na década de 1990, com diversas campanhas e legislação educacional, que se expandiu para os estados e municípios a responsabilidade de participar nos programas e nas ações para garantir matrículas e formação básica de qualidade aos jovens e adultos.

Entre os anos de 1996 até 2000, as políticas educacionais voltadas para a EJA, em Porto Seguro, começavam timidamente. As primeiras ações concretas foram a sua adesão e implantação dos programas nacionais, como Alfabetização Solidária, tendo como objetivo aumentar a oferta pública de educação de jovens e adultos, e Recomeço, que “visava dar o apoio financeiro e técnico aos Estados e Municípios para educação fundamental de jovens e adultos” (Brasil, 2002, p. 9). Nesse sentido, a

EJA passou a contar com um grande incentivo, para o desenvolvimento das iniciativas de Estados e municípios, visando ampliar a oferta de vagas na Educação Fundamental. O programa trouxe para a EJA um aporte de recursos dez vezes maior do que vinha sendo alocado anualmente até então (Brasil, 2002, p. 13).

Em atendimento à legislação e ao interesse nos recursos fornecidos, o Conselho Municipal de Educação local aprovou, no ano de 2001, a regulamentação da EJA por meio da Resolução 14/2001. Esse ato deu início a uma trajetória de melhoria dos níveis educacionais da cidade, considerando que Porto Seguro se configurava entre os municípios baianos com um dos maiores índices de analfabetismo e a menor oferta escolar para jovens e adultos.

A resolução de nº 14/2001 corresponde a diretrizes com a função de organizar o funcionamento da EJA, contendo orientações, como a sua nomeação, disposição das turmas, método e forma de avaliação, proposta curricular, quantidade de dias letivos, carga horária das aulas etc. Nesse momento, cria-se também, na Secretaria de Educação, um departamento específico e dois cargos comissionados, atualmente existentes para as tratativas dessa modalidade escolar – a Coordenação Pedagógica e Técnico Pedagógico.

Outras mudanças vão acontecer. Diante de algumas divergências surgidas entre municípios, estados e união, em meados do ano de 2004, o programa federal Recomeço foi substituído pelo Programa Fazendo Escola, de igual função. Os dois programas tinham o mesmo objetivo, porém sabe-se que a “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – (UNDIME) explicitou duras críticas ao Recomeço” (Ipea, 2003), por entender que o apoio financeiro não era ou não estava sendo suficientemente capaz de atender às demandas dos estados e municípios. Essa situação ilustra o ditado popular "muitos querem, mas poucos criam", o que se aplica ao caso de Porto Seguro".

Municipalmente incluído nesse projeto, a cidade produz algumas orientações, resoluções, comunicados, todavia sem muitas representações para a realidade da EJA. O departamento responsável pela modalidade não produziu programas ou políticas próprias de impacto para a melhoria do atendimento a esse público, simplesmente cumpriu as existentes e pré-determinadas pelas legislações oriundas do Governo Federal e do Conselho Federal de Educação (CNE).

Em 2015, um novo documento foi regulamentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME), sendo publicada a Resolução nº 71/2015 em substituição à anterior, de nº 14/2001. Essa resolução mantinha o mesmo perfil e objetivo da anterior, que era organizar e orientar o funcionamento da EJA. Entretanto,

sua divulgação ocorreu simultaneamente à aprovação e publicação de outro documento, o DCRM.

O Documento Curricular Referencial Municipal, regulamentado e aprovado em sua primeira versão pelo CME e pela Secretaria Municipal de Educação, teve participação de alguns professores que atuavam na Educação de Jovens e Adultos, colaborando com orientações e ideias junto às propostas curriculares-pedagógicas, para a prática do ensino-aprendizagem nessa modalidade. Além disso, o Referencial Curricular trouxe as responsabilidades e os compromissos assumidos pelo município com os outros órgãos educacionais e tinha como

Objetivo central, orientar escolas, gestores/as, educadores/as, do Primeiro e do Segundo Segmento da EJA, na perspectiva de que, subsidiado por ele, possam elaborar processos educativos, bem como trabalhos pedagógicos na rede municipal, fundamentados em uma concepção sociocultural de ensinar e aprender (Porto Seguro, 2022, p. 6).

O diferencial desse documento, naquele momento, era apresentar uma política mais efetiva e específica para a EJA, construída no âmbito municipal, algo inédito até então, e que também atendia aos referenciais e documentos legais. Como exemplo, nesse mesmo ano de 2015, Porto seguro implementou o PME que, entre vários objetivos, tinha como propósito alcançar “[...] a promoção da cidadania, a erradicação do analfabetismo, superação das desigualdades educacionais, melhoria na qualidade do ensino e etc.” (Porto Seguro, 2015, p. 1).

O Plano Municipal de Educação foi aprovado com a publicação da Lei Municipal de nº 1240, de 19 de junho de 2015, em comum acordo com a Lei nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Sendo ambos de caráter e vigência decenal, o PME 2015/2025, ainda em vigor, precisou apresentar Metas e Estratégias para atingir os objetivos proposto pelo PNE. Entre algumas metas adotadas pelo município, temos a de nº 9, que é “elevar a alfabetização de jovens e adultos apartir de 15 anos em 75% e em 50% reduzir o número de analfabeto funcional” (Porto Seguro, 2015, p. 83).

Na tentativa de construir um novo arcaboço pedagógico e orientador de uma ação educativa, “inclusiva e mais humanizada”, para os níveis e modalidades da educação pública porto-segurense e nas práticas das unidades de ensino, foi elaborado em 2023 um Termo de Referência, um documento, que reúne propostas e ações desenvolvidas pelos departamentos de cada seguimento educativo, com a

participação da EJA, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a ser encaminhada a todas as unidades escolares do município para consulta.

Portanto, para além dos documentos e amparo legal federal, o atendimento especificamente à ELA, em Porto Seguro, tem uma legislação e documentos teóricos de orientação, mas sem muitos efeitos práticos. Ademais, ainda existe a falta de programas locais que atendam às necessidades atuais e cumpram com as metas e objetivos do próprio PNE. A exemplo disso, o DCRM foi republicado em 2022 e está na sua 8ª edição, mas sem mudanças significantes. Já o PNE é o mesmo aprovado em 2015 e sua vigência vai até 2025, por ser decenal.

1.3 A evasão na Educação de Jovens e Adultos

Muitas são as literaturas e trabalhos científicos produzidos que retratam a evasão escolar como um gravíssimo problema, seja na educação básica ou no ensino superior. Na EJA não é diferente e, assim, vários são os trabalhos que relatam a dificuldade das unidades de ensino e dos sistemas educacionais no Brasil de estacar ou acabar com essa problemática. Portanto, tenta-se aqui fazer um debate dialógico com as diversas produções sobre a evasão e abandono escolar na educação de jovens e adultos e como ela contribui para a grande desigualdade educacional e social no país.

A princípio, é importante visitar a definição da palavra evasão, pois pode haver compreensões e entendimentos diferentes quanto à sua empregabilidade. Sendo assim, recorreremos ao possível conceito trazido pelas enciclopédias. Segundo os dicionários de Língua Portuguesa – Michaelis, Priberam e o Glossário das Ciências de Lisboa –, a palavra etimologicamente vem do latim – *evasio* – e quer dizer:

1ª Ação ou processo de evadir, de deliberadamente fugir (Michaelis, 2024, n.p.).

1ª Acto de evadir ou de se evadir, escapada, fuga, saída (Priberam, 2024, n.p.).

1ª Ato ou efeito de evadir ou de evadir-se, fuga (Ciências de Lisboa, 2021, n.p.).

Concordando-se entre elas, as definições convergem para o mesmo sentido, são sinônimas. Assim sendo, no âmbito educacional, o termo evasão pode ser empregado para definir uma situação ou o contexto vivenciado pelos discentes que,

estando matriculados nas instituições de ensino, acabam ausentando-se, saindo, fugindo, escapando, afastando-se, evadindo-se das unidades escolares e do percurso acadêmico. Nesse sentido, a evasão escolar é um tema que tem provocado, devido às suas complexidades, muitas discussões e investigações.

Outra problemática relevante na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem atraído a atenção de muitos intelectuais e escritores, além de marcar diversos debates, pesquisas e investigações nas políticas educativas, é o abandono escolar. Para compreender o conceito de "abandono" em sua literalidade, recorreremos novamente ao Dicionário de Ciências de Lisboa (2021), que o define como: "renunciar a prosseguir alguma coisa que está em curso; pôr de lado; desistir de levar a cabo um dado intento.

Embora haja uma relação próxima, sutil ou até mesmo de semelhança entre os significados de abandono e evasão escolar, não são termos idênticos. O abandono pode ser compreendido como um afastamento, uma infrequência escolar, no qual o aluno permanece vinculado à unidade de ensino com matrícula ativa, podendo, dependendo das circunstâncias, retomar a frequência.

Em contraste, a evasão escolar também se caracteriza por um afastamento, uma saída da escola. Todavia, nesse caso, independentemente do resultado – aprovação ou reprovação – ou da conclusão do ano letivo, os discentes não retornam à unidade escolar à qual estavam vinculados nem se matriculam em outra instituição, estando literalmente fora do sistema educacional. Com a intenção de promover novas compreensões acerca dessas definições e suscitar um debate sobre o entendimento desses termos no campo acadêmico, torna-se relevante a contribuição da dissertação de mestrado de Cabrita (2008), que define:

Dois tipos de abandono escolar – o efectivo e latente. O abandono escolar efectivo" refere-se a alunos que estiveram na escola e saíram sem história posterior de retorno". Por outro lado o abandono escolar latente" refere-se ao aluno que inúmeras vezes inicia, mas não continua o curso durante o ano lectivo, ingressando novamente no ano seguinte, e assim sucessivamente. (Cabrita, 2008, p. 23).

É perceptível que os autores trazem o mesmo entendimento e significado daquilo que está sendo debatido. Todavia, apontam uma opinião diferente, pois aquilo com que se nomeia ou se define a palavra evasão, para eles, é chamado de abandono efetivo. Entretanto, este trabalho utiliza como sinônimas todas as definições, mediante

a necessidade, seja evasão, abandono afetivo ou latente, pois todas marcam a saída, a infrequência e o afastamento da vida estudantil.

Na tentativa de atender a uma maioria minorizada⁴ populacional e excludente socialmente, a EJA tornou-se uma alternativa para aqueles que foram expulsos do ensino regular ou não atendem aos seus requisitos. Tornou-se a opção para a periférica população que via na educação uma melhor condição de vida e de trabalho, tornou-se um lugar de troca de experiência entre os diferentes grupos sociais e étnico-raciais etc.

Marcada por características bem específicas, a modalidade de educação de jovens e adultos tem sido afetada acentuadamente pela evasão ou abandono escolar. Muitos são os fatores para essa situação, mas principalmente os socioeconômicos têm causado o aumento da porcentagem dos alunos que desistem de prosseguir nos caminhos da escola e da vida acadêmica. Segundo o IBGE (2020), 75% dos jovens/adultos estão atrasados ou abandonaram os estudos.

A taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%. Por sua vez, 11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica e 63,5% não frequentavam escola e não concluíram o ensino obrigatório (IBGE, 2020, p. 4).

O IBGE apresenta uma realidade vivenciada por diversas cidades e regiões do Brasil, principalmente pelas do Nordeste e Norte, que, por coincidência ou não, são as regiões que concentram a maior parte da população brasileira pobre e necessitada da educação pública. Para o IBGE, existe uma relação diretamente proporcional entre a idade e o abandono escolar, pois quanto mais aumenta a idade, mais a evasão ou abandono escolar ocorre e, conseqüentemente, há o aumento do número de evadidos e desistentes e mais fracassada se torna a educação nacional.

O ato da desistência demonstra uma ação do “fracasso escolar” tanto dos estudantes como das instituições de ensino e das políticas públicas educativas, uma vez que não consegue propor, na prática, ações pedagógicas ou legais para combater ou evitar o distanciamento escolar e seus efeitos junto aos discentes na educação. Nesse sentido, é “oportuno dizer que todos os envolvidos no processo escolar

⁴ Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade - É uma obra de Richard Santos, comunicólogo, rapper, ativista de movimentos negros / sociais e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Disponível em: <https://revistaraca.com.br/maioria-minorizada>. Acesso em: 10 dez. 2024.

respondem, direta ou indiretamente, pela manifestação de tal fenômeno” (Negreiros *et al.* 2017, p .2). Sendo assim,

O fracasso escolar se apresenta como uma problemática, com fatores de ordem pedagógica, ideológica, social, econômica e política, evidenciando assim que não há um único fator e sim um conjunto de ocorrências que colaboram para o fracasso de jovens e adultos dentro da unidade escolar (Batista, 2021 p. 15).

Portanto, são múltiplos e multifacetado os fatores que têm provocado na EJA, um afastamento contínuo e até definitivo dos estudantes. É preciso compreender que existe um problema a ser resolvido e ele tem sido causado por diferentes variantes. Nesse contexto, alguns motivos podem ser elencados como os causadores do abandono e da evasão escolar na relação entre estudantes e EJA.

Inicialmente, constata-se uma constante desvalorização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, evidenciada pela insuficiência de recursos materiais e humanos para atender às demandas escolares. Além disso, a grade curricular, focada apenas na alfabetização, não atende às necessidades de formação integral dos alunos. Socialmente, a EJA é estigmatizada, sendo vista como uma modalidade "submissa" ao ensino regular, o que desconsidera os conhecimentos e as experiências de vida trazidos pelos estudantes mais velhos. Portanto, esses elementos negativos contribuem para a desmotivação constante dos discentes e, conseqüentemente, para o abandono escolar.

Outro fator importante a ser levado em consideração é a situação socioeconômica dos alunos dessa modalidade. Para Silva (2015, p. 15), “as desigualdades que atingem os jovens pobres de periferia urbana e de camadas populares, os obrigam a procurar alternativas educacionais, como cursos noturnos”. Tal afirmação é verdadeira, pois sabe-se que a maioria dos adultos e jovens que frequentam os cursos noturnos como a EJA são pessoas simples, humildes e dos subúrbios. Frente as essas desigualdades sociais e vulnerabilidade econômica, esses indivíduos precisam muitas vezes optar ou são forçados a escolher o sustento de suas famílias, manter-se no trabalho, cuidar da casa ao invés de estudar. Assim sendo, muitos deixam a vida escolar em segundo plano e com o passar do tempo abandonam a escola.

Fazendo parte dos fatores que também colaboram para o abandono ou evasão dos estudantes, estão as políticas públicas específicas para a EJA. Apesar de essa

modalidade ter se transformado ao longo da história e muitos aparatos legais e educativos terem surgido a seu favor, as políticas públicas atuais são/estão insuficientes e limitadas frente os problemas que a cercam no Brasil. Como exemplo, pode-se dizer das precárias infraestrutura escolares, a falta de suporte psicológico oferecido aos estudantes, transporte escolar inadequado, falta de materiais e recursos didático-pedagógico, necessidade de melhor formação de professores para atuar nessa modalidade e principalmente carência de ações especificamente de combate ao abandono e à evasão escolar.

Portanto, é preciso colocar em prática novas ações político-pedagógicas e metodologias educativas capazes de superar as dificuldades vivenciadas pela população minorizada que necessita da EJA para terminar o ciclo educacional ou esperam essa formação para “mudar de vida”. Embora muito fragilizada, a EJA ainda é uma esperança para aqueles que veem na educação uma oportunidade de conseguir um bom emprego e garantir uma vida mais digna a eles e a seus familiares.

2 METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo principal compreender se a EJA tem se configurado como uma política pública de inclusão ou exclusão de seus estudantes nas unidades escolares do município de Porto Seguro, no Estado da Bahia, considerando o aumento gradual dos índices de evasão e desistência escolar desde 2002. Além disso, busca-se entender as reais dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação local na elaboração de estratégias político-pedagógicas e educacionais eficazes para alterar o atual cenário de abandono escolar. Diante desses objetivos, apresenta-se a metodologia adotada para esta investigação.

É fundamental relatar que o presente artigo é resultado dos estudos teóricos realizados nas aulas da cadeira curricular Educação de Adultos, ministrada pelo professor Doutor Armando Loureiro, no âmbito do programa de Doutorado em Ciências da Educação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esse componente curricular permitiu o contato com diversos autores e produções científicas importantes para a compreensão dessa disciplina, ao mesmo tempo que ofereceu acesso a teorias fundamentais ao conhecimento da educação de adultos.

É importante ressaltar que a escolha da abordagem metodológica qualitativa se justifica por dois motivos. O primeiro reside na possibilidade de estabelecer uma

relação mais próxima entre pesquisador e pesquisado, o que fortalece a compreensão dos fenômenos em sua totalidade. Essa abordagem considera, ainda, os aspectos e as perspectivas da investigação dentro de uma relação respeitosa e dialógica com o objeto de estudo. Isso se evidencia nas palavras das escritoras Pocinho e Matos, quando afirmam que:

A abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. [...] ela procura aprofundar a compreensão de problemas, de pessoas e de relacionamentos, abrindo perspectivas para estudos posteriores (Pocinho; Matos, 2022, p. 8).

Em consonância com a linha de pensamento das autoras, o segundo motivo a ser apresentado é que esse método de investigação científica tem se tornado bastante atrativo para as pesquisas nas ciências da educação. Isso se deve ao fato de possuir e permitir o uso de um conjunto de instrumentos investigativos capazes de compreender com maior detalhe um determinado aspecto socioeducacional, associado à possibilidade de maior flexibilidade, análise interpretativa e descrição dos resultados. Dessa forma, pode-se afirmar que “a metodologia qualitativa é a abordagem mais utilizada nos últimos anos para realização de pesquisas educacionais” (Paiva *et al.*, 2021, p. 21).

À medida que os estudos investigativos das relações humanas, sociais e educacionais avançam, diversos problemas podem surgir, exigindo do investigador uma resposta capaz de explicar, no contexto investigado, os acontecimentos existentes e suas relações com a realidade. Esses problemas obrigam o investigador a verificar e aplicar as melhores alternativas ou técnicas que o conduzirão às respostas dos questionamentos levantados e aos objetivos estipulados. Portanto, essa abordagem qualitativa, dependendo da finalidade e do objetivo que se quer alcançar, permite ao investigador educacional compreender melhor e mais criticamente determinados contextos pedagógicos. Ela também ajuda a quem investiga a adentrar em assuntos e experiências da própria área educativa. Para além disso, ela ainda possibilita a escolha, dentre as suas variadas técnicas e instrumentos de recolha de informações, aquelas que melhor se enquadre na situação existente.

Nesse contexto, o presente artigo procurou escolher, combinar e utilizar como instrumentos investigativos para o levantamento das informações e coletas de dados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, sendo as duas que melhor atendia ao objetivo proposto nesse trabalho. Para além disso a escolha desses procedimentos



e dos instrumentos metodológicos, visa desenvolver uma escrita mais reflexiva sobre o tema proposto.

Quanto à aplicabilidade da pesquisa bibliográfica, é fundamental dizer que, para esse trabalho ela é importante, pois, nos leva a articular as diferentes literaturas, conhecimentos e conceitos já produzidos e publicados sobre a proposta de investigação. Ao passo que nos permite a fazer uma revisão dessas produções, ela também ajuda na elaboração de uma fundamentação teórica confiável e segura, atendendo os princípios científicos. Sendo assim, a base desse trabalho de investigação, foi o uso de artigos científicos, livros e documentos disponibilizados pelo professor Doutor Armando Loureiro, na condução da cadeira curricular Educação de Adulto, como também, buscou-se a utilização de outras referências de fora do programa doutoral, tão importantes quanto, para esse estudo.

Outra forma de levantamento das informações, presente nesse trabalho, foi a pesquisa de análise documental de 23 atas com os resultados finais do ano letivo das escolas que atendiam naquele período, final do ano 2022, a modalidade da EJA em seus dois segmentos: Ensino fundamental I e II. Essas atas e relatórios finais foram disponibilizadas pelas escolas públicas do município de Porto Seguro e analisados pelo setor da Educação de Jovens e Adultos, através da sua equipe técnica-pedagógica da Secretaria de Educação Municipal.

Para o prosseguimento das análises e catalogação das informações, fez-se necessário o desenvolvimento e elaboração de uma planilha em Excel, na qual foram registradas as informações, dados e números sobre o abandono, evasão e desistência escolar. Uma vez registrados os dados nas tabelas, as contagens dos números totais e cálculos das suas respectivas porcentagens foram realizados. Por fim, foi realizada a confecção dos gráficos, apresentados parcialmente neste artigo.

Diante do exposto, fica evidenciado que a metodologia e os instrumentos da pesquisa qualitativa aqui adotados, foram fundamentais para essa investigação educacional e pedagógica. Como também se buscou a adotar uma postura de integridade e respeitabilidade das informações, e que os resultados alcançados sejam capazes de revelar as reais necessidades e desafios frente a EJA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O abandono escolar e a difícil realidade de Porto Seguro

Como apresentado, a evasão e o abandono escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos representam um problema grave. Conforme explicitado anteriormente, essa modalidade em Porto Seguro carece de políticas e metodologias de ensino mais específicas, uma vez que a maior parte das orientações legais para esse público determinado provém de órgãos federais, enquanto as municipais existentes encontram-se "defasadas" para solucionar os problemas mais urgentes.

Por ser um município com belas praias e tombado historicamente como patrimônio natural da humanidade, Porto Seguro experimentou e continua a experimentar um intenso movimento migratório. Esse deslocamento populacional causou uma grande expansão, principalmente de trabalhadores. O superpovoamento ocasionou o crescimento dos bairros existentes e o surgimento de novos, gerando também uma demanda maior por construção de escolas e programas educacionais para atender aos novos habitantes, sejam crianças, jovens ou adultos. Segundo o pesquisador Cruz:

Em 1991, de acordo com dados do IBGE, moravam em Porto Seguro pouco mais de 34 mil habitantes. Em 1995 já passavam dos 60 mil. No início dos anos 2000, a população já beirava os 100 mil, no ano de 2010 já possuía 126.925. O crescimento da população, vivido de forma desordenada, acarretou ao município problemas de ordens ambientais, sociais, o aumento da pobreza e da violência, entre outros (Cruz, 2011, p. 23).

Atualmente, a cidade de Porto Seguro apresenta um panorama territorial descentralizado. Ele é formado por bairros, distritos, povoados e aldeias indígenas, abrigando até o fim de 2024 um total de 181.007 mil pessoas (IBGE, 2022). Para além disso, muitos locais são geograficamente afastados da área central e formado majoritariamente por uma população simples, humilde e pobre.

Buscando atender as necessidades educacionais vigentes dessa população local, é implementada em 2000 e 2001 a EJA, em consonância com os programas de educação federal, objetivando suprir as demandas de formação para os jovens e adultos que não tiveram acesso ao estudo formal ou foram excluídos do Ensino fundamental escolar. Segundo o DCRM vigente, a modalidade adota preferencialmente um ensino presencial, podendo ofertar outras formas e ser dividida

em segmentos e etapas para atender aos diferentes níveis educacionais, ficando assim:

Quadro 1 - Denominação e estrutura da Educação de Jovens e Adultos em Porto Seguro

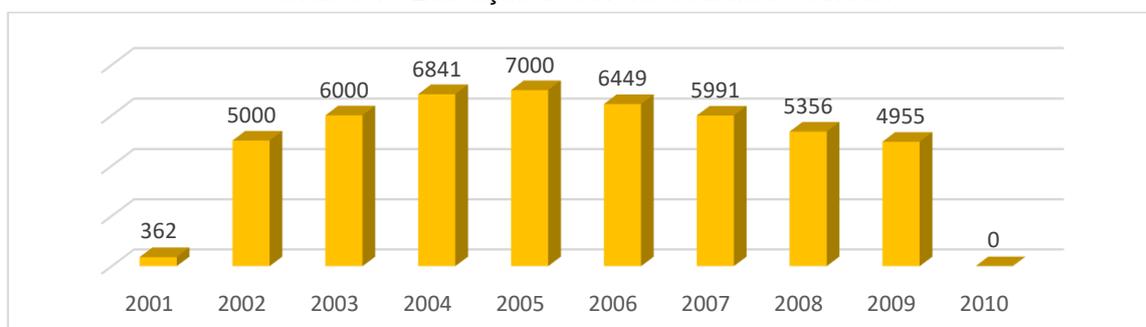
Segmentos	Duração	Etapas/Anos de Estudo	Equivalência para a circulação dos estudos
1º Segmento	03 anos	1ª Etapa	1º Ano
		2ª Etapa	2º e 3º Ano
		3ª Etapa	4º e 5º Ano
2º Segmento	02 anos	4ª Etapa	6º e 7º Ano
		5ª Etapa	8º e 9º Ano

Fonte: Brasil (2022, p. 18).

O quadro demonstra a organização elaborada para atender ao Ensino Fundamental I e II no município. O primeiro segmento corresponde às séries iniciais, com duração de 3 anos, enquanto o segundo segmento refere-se às séries finais, com duração de 2 anos. Além disso, o Ensino Fundamental está subdividido em 5 etapas, cada uma representando especificamente o ano escolar de formação do aluno. Dessa forma, as etapas indicam o nível educacional dos discentes e orientam o trabalho meta pedagógico a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem de cada ano escolar.

Outro ponto importante a ser analisado é a ampliação das vagas de matrícula e o crescimento da EJA após sua implementação em Porto Seguro a partir de 2001. Em atendimento às exigências legais, o município propôs a todas as escolas a abertura de turmas noturnas, principalmente nos locais mais populosos da cidade, para atender àquela população majoritariamente analfabeta ou analfabeta funcional. Em consequência disso, surge o seguinte panorama:

Gráfico 1 - Educação de Jovens e Adultos – Anual I



Fonte: Cruz (2011, p. 23).

O Gráfico denominado EJA - Anual I demonstra a progressão, o aumento da matrícula e do quantitativo de alunos dos dois segmentos, entre os anos de 2001 e 2010. Observa-se que no início de sua implementação, no ano de 2001, a procura foi bastante baixa, devendo-se isso a uma tímida movimentação e pouca campanha de matrículas. Já entre os anos de 2002 e 2005, a EJA ampliou-se de forma significativa, chegando a seu ápice de 7000 mil alunos distribuídos para um total de 44 escolas. Segundo o pesquisador Cruz:

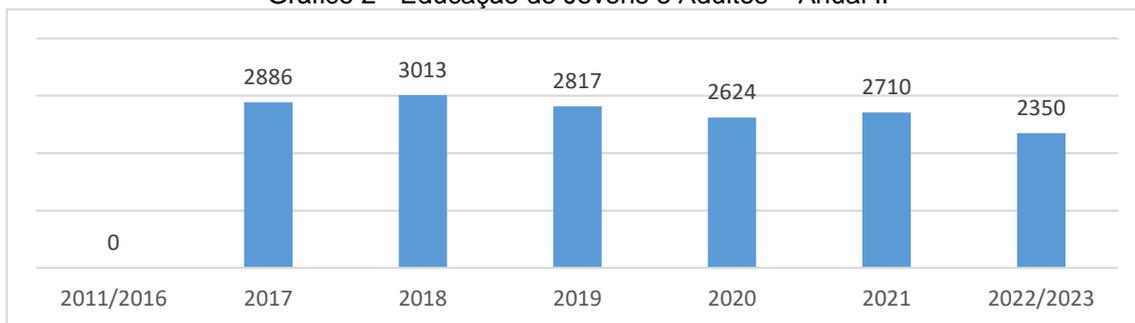
Em 2005, a mobilização pela procura da matrícula mantém a regularidade no que diz respeito ao crescimento, visto que, no referido ano, quase 7.000 pessoas procuraram a escola. Número equivalente a 25% do total de matrículas realizadas no Ensino Fundamental no município de Porto Seguro. No ano seguinte, em 2006, 6.449 pessoas procuraram a escola para realizar matrículas. Pela primeira vez, desde 2001, há uma ligeira queda no número de matrícula, comparada aos anos anteriores (Cruz, 2011, p. 47).

Em comum acordo, o autor e o gráfico nos informam que no ano de 2006 a EJA começa a apresentar as primeiras baixas na procura das matrículas, quando se compara com anos anteriores. Todavia, essa deficiência na matrícula permanece nos anos posteriores. Basta observar que de 2006 até 2009 a EJA teve uma perda de 1.494 alunos, que não se matricularam em nenhuma outra escola do município. Novamente recorre-se aqui à pesquisa do professor Dr. Neilton Castro para compreender essa grande problemática:

Segundo o Departamento de Escrituração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Seguro 13, 57% das pessoas que efetuaram matrícula (da 1ª a 8ª série) em 2008, tiveram suas trajetórias interrompidas. Dessas, 49% abandonaram a escola, e 8% não conseguiram ser promovida a série seguinte. Em 2009 o percentual é mais assustador ainda. A taxa equivalente à quantidade de pessoas que tiveram suas trajetórias interrompidas chegou aos 67%. Dessas, 60% abandonaram os estudos, e 7% não conseguiram ser promovidas de série (Cruz, 2011, p. 48).

O pesquisador explicita o elevado número do abandono, evasão e da repetência escolar que afetaram e afetam as pessoas no programa educativo de jovens e adultos nessa cidade. Essa realidade, que já estava ruim, com o passar dos anos, piorou; pois a EJA mantém-se em constante diminuição de alunos oficialmente matriculados. Isso demonstra claramente o desafio a ser superado pela educação municipal: ofertar vagas e garantir a permanência escolar. Assim sendo, expõe-se aqui mais uma vez o cenário em novas épocas da modalidade em apresentação.

Gráfico 2 - Educação de Jovens e Adultos – Anual II



Fonte: Secretaria de Educação de Porto Seguro/ Atas de Resultados Finais – EJA (2022).

O gráfico definido como EJA - Anual II, demonstra de maneira mais acentuada a regressão do que a progressão das matrículas e do quantitativo de alunos em ambos os segmentos do Ensino Fundamental. A princípio, o departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação local não tinha informações sobre os quantitativos dos discentes entre os anos de 2011 e 2016, bem como referente ao ano de 2010. Já entre os anos de 2017 e 2021 a EJA foi perdendo fortemente matrículas, o número de alunos não inscritos nessa modalidade foram mais baixos desde a sua implementação, demonstrando assim a ineficácia das políticas municipais.

Embora os possíveis motivos causadores dessa diminuição possam ser diversificados, pode-se dizer que um dos motivos seria a falta de atenção e de ações político-pedagógicas capazes de estancar essa inconveniência. Constata-se que o primeiro ano de regressão foi 2009 e, até 2021, o mesmo problema persiste. O fato de não se obter uma resposta positiva em 12 anos indica uma gestão político-educacional descompromissada com a modalidade de jovens e adultos, que não interveio nas causas dos problemas. Outro fator importante a ser relatado é que:

A diminuição da procura por matrícula na EJA e a oferta de vagas, foi potencializado pela tomada de posição da Secretaria Municipal de Educação, quando optou, 2013/2014, em fechar as escolas menores, equivocadamente, ao considerar que a demanda dessas instituições iria ser realocada/conduzidas às escolas de grande porte (Brasil, 2022. p. 8).

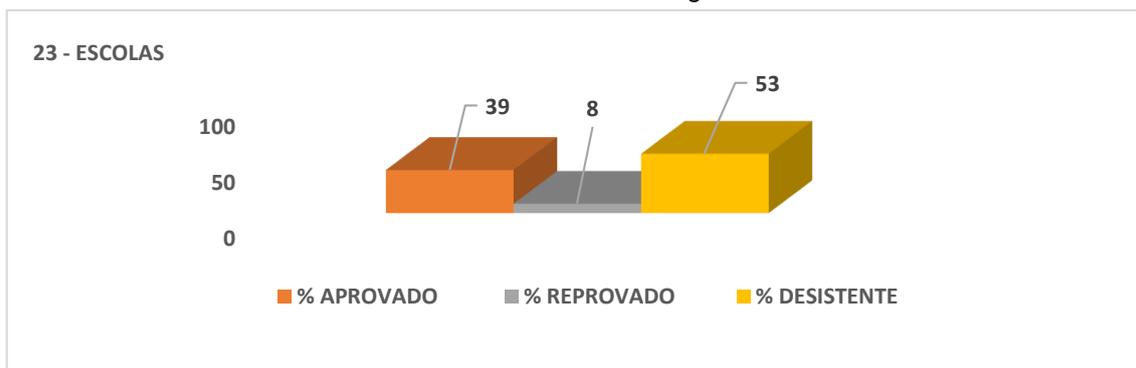
Essa ação, já demonstra que a EJA não é prioridade para aquela gestão governamental, como também, não apresenta preocupação com as pessoas necessitadas de formação educacional, principalmente aqueles mais carentes que frequentam as escolas públicas. É importante relatar que no fim de 2019 até início de

2022 o Brasil passou pela Isolamento Social causado pela pandemia da Covid-19⁵, obrigando todas as escolas do país a não ministrem aulas presenciais e sim remota.

Os motivos relatados podem ter contribuído para a não inscrição das pessoas na EJA, todavia já existia uma tendência forte para a desistência das pessoas e a baixa procura pelas matrículas na EJA. Entretanto, o que mais chama atenção é que para além da baixa procura das inscrições na EJA no município de Porto Seguro, o número de abandono e da evasão escolar também é grande.

Nos anos de 2022 e 2023 a EJA teve a menor taxa de matrícula em toda sua história no município. Considerando o ano de 2002 como base, tem-se vinte e um ano, que o governo porto-segurense não conseguiu reverter esse problematica. Acrescentando se gravemente a isso, os anos de 2022/2023 foi o período que mais os alunos já matriculados desistiram, abandonaram, evadiu-se ou foram reprovados. Para reforçar essa afirmação apresenta-se os seguintes gráficos:

Gráfico 3 - Escolas de Porto Seguro I - Geral

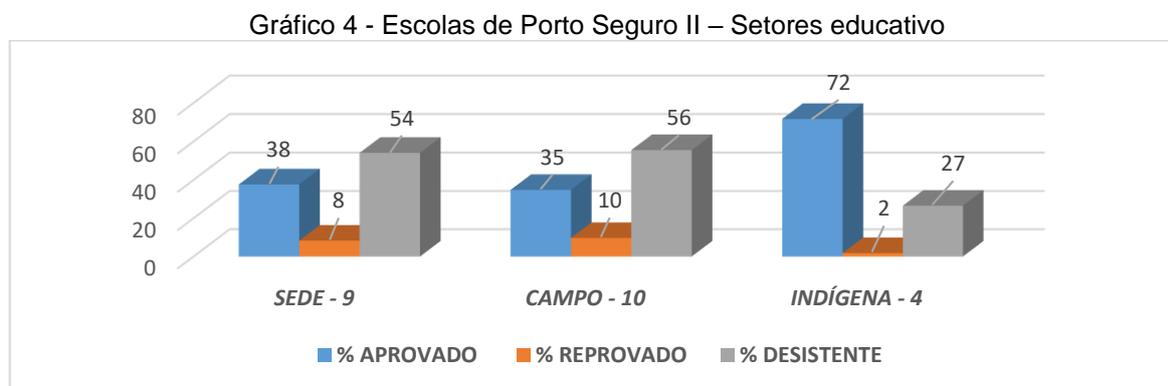


Fonte: Secretaria de Educação de Porto Seguro/ Atas de Resultados Finais – EJA (2022).

O gráfico Escolas de Porto Seguro I - Geral apresenta o grande problema que a EJA tem passado. Entre os anos de 2022 e 2023, o município atendia a EJA em 23 escolas, perfazendo um total geral de alunos nos dois segmentos de 2350 pessoas inscritas ou matriculadas. Segundo as atas escolares, desse montante, 53%, o que equivale a um quantitativo de 1248 pessoas, abandonaram ou desistiram da escola. Soma se a isso o número de reprovação de 196 pessoas, sendo equivalente a 8%. Os números demonstram a necessidade de uma intervenção mais efetiva para a garantia do direito à educação, bem como ações urgentes para estacar o elevado

⁵ A Covid-19 é uma doença infecciosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2, do grupo dos coronavírus, que muitas vezes se manifesta com sintomas de infecção respiratória aguda. Disponível em: <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19>. Acesso em: 10 ago. 2024.

percentual de evasão. Ainda nesse contexto, apresentam-se os resultados das atas por setor territorial.



Fonte: Secretaria de Educação de Porto Seguro/ Atas de Resultados Finais – EJA (2022).

O município de Porto Seguro, conforme apresentado, possui um território descentralizado, com suas escolas distribuídas em três grandes setores. Na Sede, encontram-se as unidades escolares localizadas na parte central ou mais urbanizada da cidade, totalizando 9 escolas. O Campo compreende as escolas situadas na zona rural ou área agrária do município, contando com 10 instituições educativas. Já as Indígenas são as escolas localizadas dentro das comunidades tradicionais, nas aldeias indígenas, totalizando 4 escolas que atendem à EJA.

Novamente, o que chama a atenção é o quantitativo da evasão escolar que afeta os dois maiores setores de Porto Seguro. De um total de 1628 estudantes, a sede apresenta 54%, ou 880 discentes, que decidiram abandonar a vida escolar. Já o campo, com um total de 609 alunos, também causa preocupação, apresentando o maior índice de desistência entre os três setores: 56%, ou 338 pessoas evadidas. Em contraste com os setores anteriores, as comunidades indígenas apresentaram o menor índice percentual de abandono escolar, 27% ou 30 pessoas para um total de 113 estudantes, registrando pela primeira vez um número de aprovações superior ao de reprovações e desistências.

Considerando o quantitativo das turmas e de pessoas inscritas na EJA, percebe-se que o baixo nível de repetência nas comunidades tradicionais ocorre devido a uma menor taxa de alunos matriculados na rede formal de ensino, à menor quantidade de escolas e à adoção de uma metodologia de ensino-aprendizagem especificamente voltada para suas culturas e tradições, diferentemente do que se observa no campo e na sede. Nesse sentido, infere-se que existe um outro

problema para as turmas de jovens e adultos nessas comunidades, a procura pela matrícula ainda é muito baixa para o número de pessoas não escolarizadas que vivem nessas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade altamente capitalista e desigual socialmente, a educação torna-se um dispositivo importante, capaz de atender a uma dupla lógica. Profissionalmente, a educação é capaz de possibilitar aos indivíduos conhecimentos necessários à sua adequação as exigências dos mercados e a formação de mão de obra capacitada, bem como é capaz também de permitir a esses seres humanos a inserção nessa coletividade, garantindo a eles uma vida melhor em sociedade e o desenvolvimento de novos conhecimentos sociais e de emancipação.

Nesse contexto, a EJA teve e tem a pretensão de modificar a realidade, seja profissional ou pessoal de milhares de pessoas, as quais socialmente foram excuidadas do processo educacional, buscando sempre a associação do cumprimento dos deveres e promoção dos direitos e inclusão social. Todavia, nem sempre as pretensões da EJA são refletidas nas políticas dos governos; pois, dependendo dos objetivos da governança, é notória a falta de atenção às demandas e aos problemas que perpassam por essa modalidade educativa.

É evidente que as pressões exercidas pelos movimentos sociais, associações de intelectuais, grupos pró-educação e até mesmo ações de órgãos internacionais forçaram e obrigaram os diversos governos, muitas vezes contra a própria vontade, a implementar programas e a elaborar legislação para garantir o direito à educação dessas populações. Entretanto, alguns avanços conquistados nas leis e nos aparatos legais não se traduziram em progresso efetivo na educação de jovens e adultos nas regiões e cidades brasileiras, devido à falta de apoio financeiro adequado ou à insuficiência dos recursos quando aplicados.

Assim, observa-se uma relação desigual no sistema educacional brasileiro, fortemente presente na EJA. Ao terem que optar pela sobrevivência e pela manutenção da condição familiar, os estudantes sacrificam o tempo dedicado à sua vida educacional, abandonando a escola em favor do trabalho. Conseqüentemente, isso acarreta um aumento nos índices de defasagem idade-série escolar. Soma-se a essa situação as condições inadequadas dos prédios escolares, uma pedagogia

inapropriada e descontextualizada das experiências dos alunos, e a infantilização da didática e do processo de ensino-aprendizagem para adultos. Todos esses fatores contribuem para o afastamento escolar daqueles que mais necessitam de educação.

O aumento de pessoas em defazagem idade-série fora das escolas e sem uma formação adequada tende a elevar o nível de analfabetismo ou analfabetismo funcional, principalmente para aqueles que abandonam a escola ainda nas séries iniciais. Buscando superar essa e outras dificuldades, a EJA torna-se o principal ou único recurso necessário a essas pessoas para sair dessa situação social, pois é nessa modalidade que os estudantes se reconhecem e se percebem em um patamar de igualdade e necessidades.

Dada a importância que a EJA deveria ter em um país que ainda sofre com o alto nível de analfabetismo e defazagem idade-série, entre os jovens e adultos, ela está aquém do esperado em investimentos e preocupação com política educacional. No âmbito da prática do projeto político-pedagógico, ainda são poucas as ações elaboradas para a melhoria da qualidade do atendimento, ampliação na oferta de vagas, busca pelos direitos dos discentes na vida escolar ou projeto educativo de permanência dos alunos em sala de aula.

Especificamente em Porto Seguro o caso é mais crítico, além dos problemas relatados, o município, há muitos anos, não possui uma gestão educacional personalizada e adequada às necessidades da EJA, esperando sempre uma ação-postura nacional. Assim sendo, o município parece adotar uma política de exclusão e abandono constante desse público. A exemplo disso, pode-se dizer que não é compreensível adotar o fechamento de escolas, fusão de turmas ou até o desligamento de professores, devido à falta de alunos. Percebe-se que em pleno século XXI a EJA é vista como um “tapa buraco educacional” e não como uma modalidade educativa capaz de oportunizar transformações.

Como demonstrado, inúmeros fatores internos e externos contribuem para a evasão e o abandono escolar, problemas que persistem no município há muito tempo, ultrapassando os limites aceitáveis quando comparados ao número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos e aos índices de desistência escolar. Em outras palavras, embora a população de Porto Seguro seja significativa, o número de matrículas na EJA é baixo, enquanto os índices de repetência e evasão escolar são elevados em relação ao total de matrículas.

Em suma, as informações e o debate aqui desenvolvidos buscaram demonstrar que a Educação de Jovens e Adultos no município de Porto Seguro enfrenta sérios desafios, e a falta de uma solução eficaz para o abandono e a evasão escolar é uma questão urgente. Nesse contexto, pode-se afirmar que, embora Porto Seguro tenha acompanhado a política nacional de melhoria dessa modalidade ao longo dos anos, tem faltado uma aplicação efetiva dessas e de outras legislações na prática, bem como a implementação de ações político-pedagógicas inclusivas, transformando o programa, até o presente momento, em um mecanismo de exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n.º 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas e Resultados 1995-2002 – Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2002. v. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BATISTA, Francilene do Carmo Alexandre. **Evasão Escolar: na Modalidade de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas Públicas do município de São Luis Gonzaga do Maranhão – Maranhão – Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Educação João de Deus em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37180>. Acesso em: 8 nov 2024.

CRUZ, Neilton Castro. **Casos pouco prováveis: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8NAL2J>. Acesso em: 12 out. 2024.

DICIONÁRIO ON-LINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA – DPLP. Evasão, **Priberam**, 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/evas%C3%A3o>. Acesso em: 16 out 2024.

DICIONÁRIO ON-LINE BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DBLP). Evasão, **Michaelis**, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/evas%C3%A3o>. Acesso em: 19 out 2024.

DICIONÁRIO ON-LINE DA LÍNGUA PORTUGUESA (DLP). Evasão. **Academia das Ciências de Lisboa – LPACL**, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=evas%C3%A3o>. Acesso em: 21 out. 2024.

CABRITA, Maria Fialho Godinho Borralho. **Causas do Abandono Escolar de Adultos em Contexto de Formação** – Um Estudo de Caso Múltiplo. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Faro, 2008.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p.108-130, maio-ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Censo 2022 – Estados e Cidades**: Projeções da população. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 07 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE de notícias - PNAD Educação 2019: **Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 07 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (IPEA). **Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise**. Brasília: Inep, 2003. v. 1. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4738/1/bps_n.6_EDUCAcaO6.pdf. Acesso em: 13 out 2024.

NEGREIROS, F.; SILVA, C. F. C.; SOUSA, Y. L. G.; SANTOS, L. B. Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Revista**

Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 11, p. 1-11, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v11n1/06.pdf>. Acesso em: 12 out 2024.

PORTO SEGURO. **Documento Curricular Referencial Municipal – DCRM:** Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Porto Seguro: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico, 2022. v. 8.

PORTO SEGURO. Lei nº 1240 de 06 de julho de 2015. Aprova e Institui o Plano Municipal de Educação (PNE) para o Decênio de 2015/2025 e da outras providências. Porto Seguro, **Secretaria Municipal de Educação**, 2015. Disponível em: <https://www.aplbportoseguro.com.br/documentos>. Acesso em: 12 out. 2024.

POCINHO, Margarida; MATOS, Fátima Regina Ney. **Metodologias de Pesquisa e de Investigação:** qualitativa, quantitativa, quantiquantitativa, qualiquantitativa e revisões sistemáticas (Ebook). [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360061984> Acesso em: 12 nov 2024.

PAIVA, Adriana Borges de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; HILLESHEIM, Mara Cristina Piolla. Análise de Conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/40/31>. Acesso em: 10 nov 2024.

SILVA, M. M.; WATANABE, Y. N. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Constituições Federais brasileiras: entre o ideal, o legal e o real. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7686. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7686>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Zuleide Maria Chaves. **A evasão escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas do município de Tamandaré.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Instituto de Educação - ULHT/IE, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/pt/studentTheses/a-evas%C3%A3o-escolar-dos-alunos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-eja-n-5>. Acesso em: 18 out. 2024.

STRELHOW, Thyeles. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v10i38.8639689>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Recebido em: 10.01.2025
Aprovado em: 10.04.2025